

# Cereais e Estado

*Cereals and state*

João Bernardo\*

## Resumo

Nem sempre o desenvolvimento da agricultura teve como suporte o cultivo de cereais. A emergência do Crescente Fértil (Mesopotâmia, Palestina e Egito), com as cidades-estados e os primeiros impérios, constituiu apenas um dos resultados da domesticação de plantas. O processo de domesticação, abrangendo uma área muitíssimo vasta e cobrindo um período muitíssimo longo, incluiu também outros tipos de vegetais. Assim, houve áreas onde não se desenvolveu o cultivo de cereais, mas de outros tipos de plantas, o que levanta duas questões. Em primeiro lugar, por que esta diferença? Em segundo lugar, por que razão acabaram por se tornar preponderantes os cereais? Nossa hipótese relaciona, historicamente, o cultivo de cereais e a formação de Estados, quando a classe que progressivamente se afirmava como dominante orientou a seleção das plantas a domesticar, favorecendo as que mais duravelmente se pudessem conservar, criando as bases para a sua reprodução e para a reprodução alargada da diferenciação social.

**Palavras-chave:** Pré-capitalismo; Estado; cereais

## Abstract

*The development of agriculture has not always had as support the cereal farming. The Fertile Crescent emergence (Mesopotamia, Palestine and Egypt), with the city-states and the first empires, constituted just one result of the domestication of cultivated plants. The domestication process, encompassing a really huge area and covering a very long period of time, include also other kinds of vegetables. Thus, there were areas where other types of plants had developed instead of the cultivation of cereals, which raises two questions. First, why this difference? Second, for what reason cereals had become preponderant? Our hypothesis connects, historically, cereal farming and the state formation, when the class that progressively has been established as dominant guides plant selection under domestication, fostering the ones that could be conserved for long periods of time, creating the basis for its reproduction and the extended reproduction of social differentiation.*

**Keywords:** Pre-capitalism; state; cereals

---

\* Professor em universidades públicas brasileiras de 1984 a 2009; autor, entre outras obras, de *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial*, Séculos V-XV. 3 vols, Porto, Afrontamento, 1995, 1997, 2002.

## 1.

Nem sempre o desenvolvimento da agricultura teve como suporte o cultivo de cereais. A emergência do Crescente Fértil, ou seja, a Mesopotâmia, a Palestina e o Egito, com as cidades-estados e os primeiros impérios, constituiu apenas um dos resultados da domesticação de plantas. O processo de domesticação, abrangendo uma área muitíssimo vasta e cobrindo um período muitíssimo longo, incluiu também outros tipos de vegetais.

A domesticação e a seleção de plantas destinadas ao cultivo resultaram de uma evolução que, nas suas fases iniciais, incidiu nas espécies que eram objeto da colheita ambulante, e parece-me especialmente elucidativa a distinção que se operou em África entre a zona da estepe e da savana e a zona húmida de floresta. Na savana africana, entre o quarto e o segundo milênios anteriores à nossa era, foram domesticadas muitas variedades vegetais indígenas, a maior parte no quadro da agricultura por sementes, com predomínio dos cereais. Na zona de floresta, pelo contrário, os poucos casos de domesticação ocorreram no quadro da plantação de cortes, rebentos ou tubérculos (Mabogunje, 1981, p. 338; Portères *et al.*, 1981, pp. 695-697). A espécie mais importante domesticada nesta zona foi um tubérculo, o *yam*, o que talvez tenha sucedido há cinco mil anos, embora não existam provas suficientes para estabelecer uma cronologia (Shawm 1981, p. 627; Sutton, 1988, p. 46).

Também nas Américas deve-se distinguir uma área que se tornou dependente do cultivo de um cereal, o *maís*, e outra área, na floresta tropical das bacias do Orinoco e do Amazonas, onde se domesticaram tubérculos, especialmente a mandioca ou cassava (Coe *et al.*, 1988, p. 15). É mesmo possível que o cultivo da mandioca no alto Amazonas tivesse se iniciado entre o sétimo e o quinto milênios antes da nossa era (*ibidem*, p. 171).

Nas terras altas ocidentais da Nova Guiné, onde a agricultura se iniciou há mais – possivelmente bastante mais – de seis milênios, a principal planta cultivada era um rizoma trazido do sudeste asiático, o *taro*, da família das aráceas; e nas terras altas orientais, onde parece que a agricultura se desenvolveu mais lentamente, foi também um rizoma a ter o lugar de destaque, neste caso a *pueraria lobata* (Nile *et al.*, 1995, p. 53). Partiram igualmente do sudeste asiático as populações migrantes de línguas austronésias que introduziram o *taro* e o *yam* nas ilhas do Pacífico ocidental (*ibidem*, p. 54). E cerca de cinco séculos antes da nossa era, as sociedades arcaicas da Polinésia haviam já recebido também o *taro* e o *yam* (*ibidem*, p. 60). Mais tarde, entre o século IX e o século XI da nossa era, os colonizadores polinésios que se estabeleceram na Nova Zelândia levaram consigo aquelas duas plantas, além de usarem como alimento certas variedades locais de raízes, mas a principal cultura foi a da batata doce, que as ilhas da Polinésia oriental haviam recebido através de contatos muitos antigos estabelecidos com a América do Sul (*ibidem*, pp. 61, 62-63).

Estes casos de expansão civilizacional obedeceram, invariavelmente, a um padrão de cultivo em que o primeiro lugar coube a rizomas e tubérculos. De todas as populações do Pacífico, o cereal, neste caso o arroz, só era sistematicamente cultivado entre os Chamorro das Ilhas Marianas, na imediata periferia da civilização asiática (*ibidem*, p. 68).

Assim, houve áreas onde não se desenvolveu o cultivo de cereais, mas de outros tipos de plantas, o que levanta duas questões. Em primeiro lugar, por que esta diferença? Em segundo lugar, por que razão acabaram por se tornar preponderantes os cereais?

## 2.

Não se pode admitir que os cereais viessem a dominar por serem os mais produtivos, os melhores num sentido técnico absoluto. Para que uma sociedade atingisse o nível da subsistência, o sistema de agricultura cerealífera extensiva exigia mais trabalho do que a caça e a colheita ambulantes, e a produção obtida não era mais abundante (Roaf, 1991, p. 27). Mas os cereais diferenciavam-se das outras plantas, nomeadamente dos tubérculos, porque, quando armazenados, conservavam-se melhor e durante muito mais tempo (*ibidem*, p. 29). É necessário distinguir duas questões intimamente ligadas: o cultivo e a armazenagem.

Sabe-se hoje que a domesticação e o cultivo de plantas resultaram de uma longa evolução, cuja gênese estava já pressuposta nos ciclos em que as populações dedicadas à caça e à colheita itinerante exploravam regiões sucessivas, segundo uma ordem regular, até regressarem ao ponto de partida. Ao permitirem que a fauna e a flora se reconstituíssem nas áreas abandonadas, depois de terem sido aproveitadas intensivamente, esses ciclos implicavam uma modalidade, ainda que muitíssimo rudimentar, de controle sobre os animais e as plantas. A agricultura e a criação de gado começaram quando se passou da mera constituição de reservas para uma intervenção deliberada com o objetivo de estimular a multiplicação dos animais ou o crescimento das plantas. Mas a preocupação em assegurar esta multiplicação e este crescimento estava implícita na constituição de reservas periódicas garantidas pelos ciclos de itinerância. Os aranda da Austrália, por exemplo, demarcavam reservas de carácter sagrado, nas quais era vedado caçar e que serviam para reconstituir o *stock* de animais (Nile *et al.*, 1995, p. 40), o que indica que se tratava de uma intervenção não só consciente, mas imposta pela referência a um núcleo de convicções fundamental. Por outro lado, parece-me que as reservas ocasionadas pelos ciclos de itinerância se devem considerar igualmente como modalidades embrionárias de armazenagem e, se adotarmos este ponto de vista, concluiremos que os problemas levantados pela armazenagem eram inseparáveis do processo que deu origem à agricultura. Entre o estabelecimento de percursos regulares de caça e colheita e o sistema de

armazenagem de longo prazo nas sociedades com agricultura sedentarizada mediaram muitas formas de transição, mas parece-me que se tratou das duas fases extremas de um processo único.

Ora, nas sociedades em que tendiam a acentuar-se a clivagem e a hierarquização social, a incipiente classe dominante procurava acumular, pois o controle da acumulação constituía o fundamento da divisão social e dos mecanismos de exploração. Nestes termos, é possível adiantar a hipótese de que a classe que progressivamente se afirmava como dominante orientasse a seleção das plantas a domesticar, favorecendo as que mais duravelmente se pudessem conservar e, portanto, favorecendo os cereais<sup>1</sup>. E assim esta classe dominante foi criando as bases para a sua reprodução e para a reprodução alargada da diferenciação social, acumulando e controlando um excedente cada vez maior.

Se esta hipótese estiver correta, será possível detectar, graças à arqueologia, que o aumento da produção cerealífera foi acompanhado por um processo de concentração dos celeiros em armazéns únicos ou numa rede centralizada de armazéns. Em Susa, por exemplo, descobriu-se a plataforma de um grande templo, datando da época primitiva da cidade, que incluía armazéns de cereais (*ibidem*, p. 65). E num dos níveis arqueológicos de Tepe Gawra, no Norte do atual Iraque, encontrou-se uma construção para a qual não existiam precedentes, que se calcula ter sido a residência fortificada de um chefe, e que incluía armazéns de cereal (*ibidem*, p. 66). Mais controverso é o caso da civilização de Harappa, que atingiu uma vasta extensão em torno do rio Indus, e onde os maiores edifícios em algumas das principais cidades foram considerados como celeiros por certos estudiosos<sup>2</sup>. Todavia, esta civilização parece ter-se edificado graças a relações mercantis e não a conquistas militares, e não se encontraram templos nem palácios ou túmulos reais (Keay, 2003, I, p. 15; Renfrew, 2013, pp. 24, 165, 184; Stone, 1989, p. 64). Para avançarmos nesta análise, seria necessário ter um conhecimento sistemático da eventual correlação entre os edifícios político-religiosos e os celeiros em todas as primitivas cidades-estados da Mesopotâmia e do Egito, bem como na civilização de Harappa.

Só na perspectiva da hipótese que aqui apresento, pôde aparecer como uma vantagem o crescimento demográfico resultante da cultura cerealífera. A

<sup>1</sup> Depois de recordar que os cereais armazenavam-se mais facilmente do que a maior parte das outras plantas, M. Roaf (1991, p. 29) escreve que “the storage and, later, cultivation of grain [...] allowed the possibility of wealth accumulation, promoting the development of a society in which status was based on wealth”. Mais exatamente, parece-me que a armazenagem de cereais facilitou o controlo da riqueza coletiva por uma incipiente classe dominante, agravando assim a diferenciação social.

<sup>2</sup> J. Keay (2003, I, p. 15) refere a função de celeiros como uma mera hipótese, acrescentando que o problema aguarda uma explicação mais satisfatória, mas N. Stone (org. 1989, p. 64) menciona sem restrições a presença de vastos celeiros. C. Renfrew (2013, p. 24) admite a possibilidade de se tratar de celeiros, mas, nas páginas 165 e 183, parece considerar o fato como certo.

população tornava-se mais numerosa, mas, para a esmagadora maioria, uma alimentação estritamente dependente de um só cereal implicava uma longevidade menor e uma vida menos saudável do que a que caracterizava os povos dedicados à caça e à colheita ambulante (The Economist, 08/05/1993, pp. 85-86). Para as classes superiores, porém, a proliferação de agricultores era uma forma de aumentar os lucros da exploração. E a mobilização de exércitos relativamente numerosos garantia a expansão das áreas de poder, com os benefícios provenientes da pilhagem e o acréscimo da exploração resultante do domínio exercido sobre novas populações. Impostos pela força do Estado, os cereais permitiram às classes dominantes reforçarem-se internamente e, por sua vez, imporem a força do Estado a sociedades que até então lhe haviam permanecido imunes.

Se esta hipótese estiver certa, então o aspecto hidráulico dos primeiros Estados, ou seja, a edificação de diques ou de canais e outras obras de irrigação, em que alguns historiadores tanto têm insistido, só poderá ser entendido em conjugação com o outro aspecto, a centralização dos armazéns dispersos e a construção de armazéns centrais. Parece-me necessária a reunião de ambos os fatores para explicar a unificação de uma multiplicidade de unidades familiares sob a égide de um verdadeiro poder de Estado e a inclusão das múltiplas chefias locais em verdadeiros impérios. Ao mesmo tempo em que progredia este despotismo político, ia-se desenvolvendo uma classe de administradores, cuja função não seria apenas a de organizar a irrigação, mas igualmente a de velar pela constituição centralizada de *stocks* alimentares de longo prazo. Nas ilhas do Pacífico, por exemplo, onde a agricultura incidiu nos tubérculos e rizomas e onde os cereais foram praticamente desconhecidos, o cultivo do *taro* exigia a edificação de diques e canais, por vezes atingindo grandes proporções e com um elevado grau de complexidade (Nile *et al.*, 1995, pp. 53, 68). Mas este sistema hidráulico não foi complementado por nenhum sistema de armazenagem, visto que o *taro* era insuscetível de conservação em longo prazo, e por isso não requereu a intervenção de uma classe burocrática, nem de um Estado forte. Também nas florestas do Alto Xingu, atualmente no estado brasileiro do Mato Grosso, descobriram-se vestígios de núcleos urbanos onde a população dedicava-se à agricultura e construía diques, canais e pontes, mas não encontro referência a sistemas de armazenagem (The Economist, 20/09/2003, p. 82).

A relação entre o cultivo de cereais, o desenvolvimento de formas estatais e a armazenagem centralizada pode ser ilustrada pela grave crise que atingiu a monarquia asteca na primeira metade da década de 1450, durante a fase de formação do império. Esta crise mostra que a prosperidade do Estado exigia não só um sistema de irrigação e de diques, sem o qual não se podia proceder ao cultivo dos cereais em grande escala, mas ainda um sistema central de armazenagem, necessário tanto para manter a população numa estrita dependência do poder político, como para lhe assegurar a sobrevivência nos anos de calamidade

(Davies, 2000a, pp. 98-101). Os tributos armazenados no palácio destinavam-se fundamentalmente a suprir as necessidades do monarca e da sua corte de funcionários e serviam ainda para o abastecimento das campanhas militares; além disso, por ocasião das celebrações rituais periódicas, o imperador repartia objetos preciosos entre os nobres e os guerreiros que se haviam destacado pela coragem, e distribuía alimentos ao povo (Carrasco, 1981, pp. 217, 221, 230). Mas, apesar de o fato de o Estado asteca haver descurado a acumulação de cereais quase lhe ter sido fatal, Nigel Davies pretende que os monarcas continuaram sem dar solução ao problema (Davies, 2000a, p. 200), embora Pedro Carrasco afirme que fazia parte dos deveres do imperador abrir os seus armazéns à população em geral nas épocas de calamidade agrícola (Carrasco, 1981, p. 230). Se a versão de Davies estiver certa, podemos antever algumas das fragilidades estruturais que contribuem para explicar a rapidez com que os aventureiros espanhóis destroçaram o império. Nos derradeiros dias do cerco da capital, a plebe, refugiando-se num lugar à parte, passou a comandar a sua própria defesa e, segundo as crônicas, teria dito aos seus antigos senhores: “Poco nos queda, no hacemos más que guardar nuestras casas [...] lo que para vosotros guardaba vuestro rey [...] es vuestra propiedad” (Toscano, 1981, p. 313). Não se podia ter dito mais claramente que, se os armazéns do palácio destinavam-se só a servir à classe dominante, a sua defesa nada importava à plebe. E ficamos assim sem saber se as medidas centralizadoras e autocráticas esboçadas pelo último Moctezuma teriam alguma vez podido surtir efeito.

Não se deve subestimar a importância que o controle do armazenamento teve na evolução social e ideológica, levando à formação de uma classe de burocratas, encarregados de superintender a cobrança das exações e a sua conservação, e de escribas, cuja função era registar as quantidades recebidas, acumuladas e expendidas. Os primeiros documentos escritos foram encontrados na cidade suméria de Uruk, datando provavelmente do trigésimo terceiro século antes da nossa era, e a maior parte deles era constituída por registos de carácter económico que indicavam quer o número de animais em rebanhos, quer a quantidade de gêneros distribuídos a certas pessoas (Roaf, 1991, pp. 69-70). Parece que esta inscrição de símbolos em placas de barro serviu inicialmente como substituto de séries de objetos simbólicos de barro, usados para memorizar contratos ou bens armazenados (Ostler, 2010, p. 51). Com efeito, alguns especialistas calculam que os primeiros registos escritos, tal como se encontraram em Uruk, derivassem de uma prática contemporânea segundo a qual se usavam diferentes modelos de pequenos objetos simbólicos, cada um representando ou uma dada quantidade ou um dado tipo de gêneros alimentares, como cereais ou ovelhas. Estes objetos simbólicos eram colocados dentro de esferas ocas, cada uma delas servindo portanto para registar uma dada quantidade de um certo artigo. Ora, como os sinais usados para a contagem, nas primeiras formas conhecidas de



escrita em Uruk, reproduziam o formato daqueles objetos simbólicos, pode deduzir-se que de um sistema tivesse-se passado ao outro (Roaf, 1991, pp. 69-71). Talvez a expansão espanhola na América do Sul tivesse encontrado os incas numa idêntica fase de transição, porque embora eles não tivessem desenvolvido uma escrita, haviam criado com o *quipu* uma forma original de registro de dados numéricos, perfeitamente adaptada a um império em que a armazenagem e o recolhimento de tributos assumiam uma importância crucial<sup>3</sup>. Neste caso, haveria que descobrir, então, quais os obstáculos de ordem social que impediram o *quipu* de dar origem a uma forma mais geral de escrita, enquanto, em Uruk, os registos estritamente numéricos haviam permitido a evolução para uma forma de registro capaz de fixar todo o tipo de informações, incluindo processos de raciocínio. Por contraste, é interessante considerar aqui o exemplo dos celtas, cujos druidas, embora não ignorassem o uso da escrita, favoreceram exclusivamente a transmissão oral, de maneira a manterem sob o seu inteiro controle os mitos religiosos e as práticas religiosas (Chadwick, 2001, p. 142). Neste caso, o desenvolvimento de uma classe sacerdotal pôde não ser acompanhado pelo aparecimento de uma escrita porque os celtas não formaram nenhum Estado central baseado na agricultura.

O desenvolvimento de uma classe de burocratas e escribas, eventualmente dotada também de funções religiosas ou assimilada à classe sacerdotal<sup>4</sup>, relacionava-se ainda com o conhecimento do calendário e com os cálculos astronômicos, ambos fixados graças à escrita. Mas a detenção do conhecimento exclusivo da divisão do tempo, enquanto um dos fundamentos da escrita, não decorreu apenas da necessidade de fixar o momento das sementeiras, prevenindo a enchente dos rios, nas civilizações chamadas hidráulicas, ou, como sucedia entre os maias, da necessidade de determinar o momento em que devia ser feita a roça, antes de chegar a chuva. Também a armazenagem sistemática e centralizada de alimentos não perecíveis tornou obrigatórios os cálculos temporais de longa duração e contribuiu para orientar a evolução dos registos e da escrita,

<sup>3</sup> “[...] the account-keeping quipu was in a sense a written document”, observam M. Coe *et al.* (1988, p. 157). Note-se que, na China, uma tradição atestava que a primeira tentativa de escrita consistira em cordas com nós. Ver E. R. Hughes (org. 1954, n. 1, p. 164). Com efeito, lê-se no *Hsi Tz'u* que “in the earliest times men made knotted cords and so were able to govern. Then at a later period a sage substituted written characters and written deeds” (*ibidem*, p. 273).

<sup>4</sup> É interessante considerar que, no Egito, como salientam J. Baines *et al.* (1984, p. 198), todos os membros da classe dominante, sem exceção, quer exercessem funções de chefia na administração, no exército ou entre os sacerdotes, e até o próprio faraó, haviam recebido uma formação de escribas. E se as principais autoridades administrativas já não se ocupavam elas mesmas em registrar nos papiros, isto significa apenas que tinham ascendido na hierarquia interna de uma carreira que iniciaram como escribas. Numa perspectiva oposta, e depois de afirmar que “le scribe et le comptable, techniciens qui apparaissent pratiquement dans toutes les grandes civilisations de type ‘oriental’ [...], ne sont pas obligatoirement la force dirigeante de la société”, P. Vidal-Naquet (1964, p. 11) considera que “le scribe égyptien, au sens étroit du terme, la ‘bureaucratie’, disons l’administration, n’est qu’un rouage de la classe dirigeante ‘fonctionnelle’”.

que mantiveram assim com a agricultura uma dupla relação: em curto prazo, nos ciclos anuais, e em longo prazo, na acumulação de *stocks* centrais. Não foi decerto ocasional que Shulgi, um dos monarcas da terceira dinastia de Ur, que dotou de uma administração unificada as regiões centrais do seu império, a Suméria e Akkad, tivesse aumentado os efetivos da classe dos escribas e presidido ao aperfeiçoamento dos sistemas de registo e de escrita, ao mesmo tempo em que reorganizava o sistema de pesos e medidas e introduzia um novo calendário (Roaf, 1992, p. 102). Contar os bens, avaliá-los e medir o decurso do tempo eram aspectos inseparáveis da atividade administrativa.

### 3.

Entretanto, as sociedades com fraca diferenciação continuaram a patrocinar o cultivo de espécies destinadas antes de mais ao consumo imediato. Para plantas deste tipo, a armazenagem destinava-se a precaver de uns anos para outros a eventualidade de más colheitas, sem que houvesse pressões sociais para a constituição de *stocks* permanentes. Se for exato o conjunto de hipóteses que aqui apresento, as pesquisas arqueológicas encontrarão, quando muito nestas sociedades, armazéns dispersos, cada um deles relacionado com uma unidade familiar ou com um conjunto familiar amplo, jamais encontrando armazéns centrais.

Já cerca de cinco séculos antes da nossa era, as sociedades arcaicas da Polinésia sabiam fermentar uma pasta produzida com o fruto da árvore do pão e guardavam-na em buracos escavados no chão, de maneira a poderem-na usar durante os períodos de escassez (Nile *et al.*, 1995, pp. 60, 70). Muito mais tarde, quando introduziram a batata doce na Nova Zelândia, os polinésios sabiam como conservá-la durante o inverno em armazéns adequados (*ibidem*, p. 70). Seria importante averiguar em que medida as populações que levaram mais longe esta técnica de conservação caracterizaram-se também por possuir formas políticas mais estratificadas. Parece que, em termos muito gerais e simplificados, as sociedades da Polinésia eram mais hierarquizadas e os seus chefes detinham maiores poderes, enquanto, na Melanésia, a estratificação social era menos importante e era maior a mobilidade no acesso às situações de chefia (*ibidem*, p. 83). Mas seria necessário relacionar tanto esta regra geral como as exceções com a capacidade de armazenagem e com o controle obtido pelo poder central sobre os alimentos acumulados. Talvez o que se passou com o *yam* contribua para esclarecer a questão. Muito usado nas ilhas do Pacífico, este tubérculo podia ser conservado durante vários meses, mas não durante vários anos (*ibidem*, p. 55). Apesar disso, os habitantes das Ilhas Trobriand, na Nova Guiné, faziam da acumulação de *yam* um símbolo de *status*, e enquanto a colheita do ano não fosse consumida nem apodrecesse, o seu proprietário podia empregá-la para obter



serviços ou outros bens (*ibidem*, pp. 68, 70). O reduzido prazo de conservação impunha, todavia, um limite a este processo, obrigando-o a recomeçar anualmente. Talvez por isso os *stocks* de *yam* eram usados também numa forma específica de exibição de *status*, o *potlatch*<sup>5</sup>, que, consistindo num esbanjamento ou mesmo numa destruição ritual, resolvia o problema do aproveitamento social de uma acumulação que não podia perpetuar-se no tempo. Com efeito, os beneficiários de um *potlatch* ficavam numa situação de dívida para com aquele que o havia organizado, e deste modo os efeitos da acumulação de bens continuavam a exercer-se depois de essa acumulação ter sido destruída ou dispersa. Ora, convém notar que, apesar da regra genérica que enunciei a propósito das diferenças políticas entre a Melanésia e a Polinésia, nas Ilhas Trobriand, situadas na Melanésia, certos lugares de chefia eram ocupados hereditariamente (*ibidem*, p. 88). Na Micronésia, onde a concorrência no sistema de presentes enquanto forma de aquisição de *status*, comum na Melanésia, encontrava-se geralmente combinada com a acentuada estratificação social característica da Polinésia, conhece-se o exemplo do chefe supremo do grupo ocidental das ilhas Marshall que, junto com a sua corte, cobrava regularmente tributo às ilhas subordinadas, acumulando assim volumosos excedentes alimentares (*ibidem*, p. 95). Mas, para confirmar a minha hipótese, importaria saber em que medida as técnicas de armazenagem ter-se-iam desenvolvido naquelas ilhas.

Em qualquer caso, porém, fossem mais ou menos estratificadas aquelas sociedades, o certo é que, numa situação em que a armazenagem de reservas alimentares não se podia prolongar por muito tempo, era impossível desenvolver-se uma classe burocrática e surgirem formas despóticas de Estado, sempre associadas ao cultivo de cereais. O predomínio dos tubérculos e rizomas não impedia a divisão da sociedade em classes, nem a imposição de exações pela classe dominante, mas limitava seriamente a possibilidade de conservar os excedentes ao longo do tempo. Nestas circunstâncias, a cobrança de tributos podia apenas estimular, no interior do quadro geral do sistema de presentes, as modalidades distributivas e a destruição ritual. Qualquer tendência ao agravamento da estratificação social e ao reforço dos mecanismos de exploração pressionaria, obrigatoriamente, as classes dominantes a fomentarem o cultivo de gêneros alimentares capazes de ser conservados em longo prazo. Em conclusão, deve distinguir-se a zona dos cereais, onde a colheita destinava-se, em grande parte, a ser acumulada, da zona dos tubérculos e dos rizomas, onde o cultivo era, em boa medida, orientado para um consumo rápido. E a demarcação entre estas duas zonas obedeceu às fronteiras que separaram a zona dos grandes Estados e

<sup>5</sup> R. Nile *et al.* (*op. cit.*, 1995, p. 68) escrevem que uma grande parte da colheita de *yam* destinava-se a “presentation or ceremonial exchange”. Interpreto isto como constituindo modalidades de *potlatch*.

idades-estados da zona de sociedades onde as hierarquias políticas eram mais rudimentares ou onde prevalecia mesmo um elevado grau de igualitarismo entre as famílias componentes.

#### 4.

A hipótese geral que aqui apresento parece confirmada pelo que sucedeu nas Américas. Apesar de isolados desde o final da última época glacial relativamente ao conjunto civilizacional constituído pela Ásia, a África e a Europa, os povos americanos não criaram formas de organização fundamentalmente diferentes das que ocorreram no resto do mundo. O continente americano demonstra na sua história, alheia até aos últimos cinco séculos a quaisquer influências externas significativas, que a humanidade dispôs de um leque muito limitado de possibilidades de desenvolvimento social.

Na área do continente americano que se tornou dependente do *maís*, desenvolveram-se os sistemas mais hierarquizados, desde sociedades rurais com elevado grau de estratificação até cidades-estados e mesmo impérios de consideráveis dimensões, enquanto na floresta tropical das bacias do Orinoco e do Amazonas, onde se domesticou a mandioca, a hierarquização social foi sempre tênue (Coe *et al.*, 1988, p. 15). No Alto Xingu, no estado brasileiro do Mato Grosso, encontraram-se vestígios da fundação, entre os meados do século XIII da nossa era e os finais do século seguinte, de cerca de duas dezenas de centros urbanos, que sustentavam uma concentração populacional bastante elevada e se reuniam em dois sistemas através de redes de vias de comunicação amplas e retilíneas. As áreas em redor destes centros urbanos eram empregadas para o cultivo, com o auxílio de diques e canais, aliás providos de pontes, mas a forma como a agricultura se combinava com a preservação da floresta indica que se tratava de culturas intensivas e não da plantação extensiva de cereais (The Economist, 20/09/2003, p. 82). Seria importante analisar os traços de diversificação social para avaliar até que ponto existiriam nestes centros hierarquias estáveis.

De início, a distinção entre cereais e tubérculos não sustentou nas Américas a formação de zonas diferenciadas socialmente, e parece que a passagem da colheita ambulante para uma economia sedentária, com a consequente transformação das ideias religiosas, teria talvez tido origem na área da floresta tropical, difundindo-se a partir daí (Coe *et al.*, 1988, p. 15). Entre os primitivos maias, numa época muito anterior à formação da civilização maia clássica, foram encontrados vestígios do consumo de *yam* e talvez de mandioca ao lado de variedades de *maís* (*ibidem*, p. 93). E durante o primeiro milénio antes da nossa era, a população de Chorrera, no atual Equador, cultivava simultaneamente o *maís* e a mandioca (*ibidem*, p. 172), encontrando-se mais tarde a mesma dualidade na

civilização manteño, também na região equatoriana (*ibidem*, p. 173). Mas a diferenciação nos processos de desenvolvimento introduziu uma demarcação clara entre a área dos cereais e a dos tubérculos, tanto sob o ponto de vista agrícola como social.

O avanço gradual desta diferenciação observa-se possivelmente na civilização que chegou ao apogeu em Chavín, uma das mais importantes na região dos Andes durante os tempos anteriores à hegemonia dos incas. Numerosos vestígios arqueológicos deixados por esta civilização revelam a existência de uma estratificação social acentuada (Davies, 2000b, p. 12), e encontraram-se as ruínas de um templo provido de espaços de armazenagem (*ibidem*, p. 10) – mas destinar-se-iam à armazenagem de cereais? – decerto enaltecidos pelo contexto arquitetônico em que se situavam. Ao mesmo tempo, porém, algumas imagens de caráter religioso representam plantas que não podiam ser cultivadas naquelas altitudes elevadas, nomeadamente a mandioca, o que levou certos historiadores a formularem a hipótese de que os promotores iniciais da civilização chavín tivessem emigrado das bacias do Amazonas ou do Orinoco (Coe *et al.*, 1988, p. 181; Davies, 2000b, p. 12). Se assim sucedesse, teríamos aqui os traços da passagem de uma sociedade baseada nos tubérculos e desprovida de Estado para uma sociedade com Estado e assente no cultivo de cereais. De igual modo, os arawakes das Caraíbas, originariamente provenientes do vale do Orinoco, de onde haviam trazido a mandioca, embora mais tarde cultivassem o *maís*, continuaram a atribuir o lugar predominante à plantação de tubérculos, especialmente a mandioca, a tal ponto que, nas ilhas que viriam depois a denominar-se Hispaniola e Puerto Rico, eles parecem ter dedicado uma especial veneração à divindade que dera a mandioca aos humanos. Ora, a importância que os tubérculos detinham na agricultura arawak relaciona-se decerto com o fato de, ainda numa data tardia, este povo reger-se por formas de Estado pouco elaboradas (Coe *et al.*, 1988, pp. 160-162). A conjugação do cultivo do *maís* com a plantação de tubérculos encontrava-se igualmente nas regiões meridionais da América Central e nas regiões do noroeste da América do Sul, onde a diversificação social não ultrapassava também formas incipientes de Estado (*ibidem*, pp. 162-163).

A América fornece muitos outros exemplos de relação entre o desenvolvimento de formas estatais e a armazenagem de cereais. Na metade setentrional do continente, a civilização adena começou a desenvolver-se a partir do vale do rio Ohio desde uma data entre os séculos XII e VIII antes da nossa era. Embora apresentasse uma certa diversificação social, visível nos túmulos, esta civilização inseria-se provavelmente num sistema em que prevaleciam ainda os elos familiares, e o alargamento da sua área de difusão não se deveu a ações guerreiras, mas ao estabelecimento de contatos mercantis regulares (*ibidem*, p. 50). Do mesmo modo, a civilização hopewell, que continuou e desenvolveu a civilização

adena, abrangeu uma vastíssima área cuja homogeneidade ideológica também parece ter-se baseado não numa expansão de tipo imperial, mas apenas numa rede de tráfico mercantil de longo alcance (*ibidem*, p. 52). Ora, ambas estas civilizações tiveram como base originária o cultivo de diversas variedades de plantas alimentares que se caracterizavam por não serem capazes de sustentar *stocks* de longa duração (*ibidem*, p. 48), e muito possivelmente – embora deva ser confirmada a sugestão – conservaram este regime agrícola mesmo depois de terem adotado igualmente certos tipos de *maís*.

A civilização hopewell entrou em declínio na passagem do século IV para o século V da nossa era, e seguiu-se-lhe quatrocentos anos depois outra civilização, tendo por centro a bacia do médio Mississipi, que parece ter já recorrido extensivamente à conquista e à ocupação para impor os seus elementos ideológicos (*ibidem*, pp. 57, 59). Ora, entre uma e outra destas civilizações, haviam sido introduzidas, a partir do atual México, novas variedades de *maís* (*ibidem*, pp. 52, 57), e a civilização do Mississipi intensificou a cultura cerealífera, com o consequente aumento demográfico (*ibidem*, pp. 57, 59). Estas transformações denotam uma estratificação social crescente. Em contraste com o que havia sucedido na civilização adena e mesmo na hopewell, a civilização do Mississipi deu origem a verdadeiras cidades, diferenciadas por uma hierarquia política, ao mesmo tempo em que aumentou a estratificação no interior de cada um dos centros urbanos (*idem ibidem*), supondo decerto uma função militar mais especializada. Aliás, foi pela mesma altura que se difundiram o arco e as flechas (*ibidem*, p. 57). Empregando meios violentos e uma opressão sistemática, os promotores da civilização do Mississipi destruíram as formas agrárias que haviam servido de fundamento às civilizações adena e hopewell e substituíram-lhes uma agricultura centrada no *maís*.

Situados na periferia da civilização do Mississipi, os iroqueses adotaram o *maís* e, embora o cultivassem em modalidades menos intensivas, também entre eles a difusão do cereal foi acompanhada por uma concentração do povoamento e pelo recurso sistemático à guerra (*ibidem*, pp. 60-62).

## 5.

A acumulação sistemática de alimentos, centralizada e em longo prazo, permitiu a constituição de exércitos enquadrados profissionalmente e possibilitou, portanto, o alargamento de fronteiras. E os cereais, que eram o objeto dessa acumulação, tiveram assim ampliada a sua área de cultivo, até predominarem mundialmente. A superior capacidade bélica dos Estados reduziu a área de vigência das sociedades igualitárias, e já antes de existirem exércitos organizados, a centralização proporcionada pelas formas estatais incipientes fora suficiente para lhes garantir a expansão.

Na África, por exemplo, o uso sistemático do fogo, na zona da savana, para preparar a terra para o cultivo, teve como consequência alargar-lhe muito os limites iniciais, convertendo em savana o que fora floresta (Portères *et al.*, 1981, p. 697; Stone, 1988, p. 14). Mas, sem uma força política – mesmo incipiente – que o atesse, o fogo não teria decerto conseguido consumir espaços antes ocupados por outro tipo de sociedade.

É muito ambíguo o sucedido com os povos das grandes planícies da América do Norte, que se regiam por formas alheias ao poder de Estado e recorriam, além da caça, à colheita ambulante, incluindo o aproveitamento de tubérculos (Coe *et al.*, 1988, p. 63). Sabemos, pelo exemplo de muitos outros povos, que a colheita sistemática de tubérculos proporcionava, gradualmente, o controle exercido sobre a sua reprodução e depois, na sequência do mesmo processo, dava lugar ao seu cultivo. Mas a influência das sociedades cultivadoras do *maís*, centradas a sudeste, nos vales dos grandes rios, interrompeu esta evolução e introduziu o cereal na região das grandes planícies, difundindo-o entre os nativos, em muitos casos graças a deslocamentos populacionais. Uma primeira vaga de colonização, realizada desde o terceiro século antes da nossa era até ao século X da nossa era, integrava-se no complexo da civilização hopewell (*ibidem*, p. 64). A vaga de colonização seguinte, iniciada no século X e interrompida apenas nos meados do século XIX, deveu-se à civilização do Mississippi e deu origem à formação de habitats mais substanciais, por vezes fortificados, e geralmente acompanhados pela construção de vários celeiros subterrâneos (*ibidem*, p. 65). A capacidade de formar *stocks* em longo prazo permitiu que os cultivadores de cereais ampliassem as suas fronteiras políticas e culturais e, assim, alterassem a linha de divisão entre as duas grandes zonas de cultivo. Mas, por outro lado, os prolongamentos da civilização do Mississippi na região das grandes planícies não suscitou a formação de organismos estatais, nem sequer incipientes (*idem ibidem*). Neste caso, uma zona socioagrícola ampliou a sua influência sobre populações limítrofes exclusivamente no plano agrícola, sem implicações decisivas no plano sociopolítico. Por isso as populações das grandes planícies dedicadas ao cultivo do *maís*, em vez de construírem um pequeno número de grandes celeiros, optaram por multiplicar os pequenos celeiros, ligados a residências plurifamiliares (*idem ibidem*).

## 6.

A relação entre o cultivo de alimentos armazenáveis e o desenvolvimento do poder de Estado é igualmente confirmada – mas ao invés – pelo sucedido com a civilização da Califórnia, que começou dois mil anos antes da nossa era e atingiu a sua forma característica num período que durou entre o século VI da nossa era e o século XIX. Esta civilização dedicou-se à caça, à pesca e à colheita ambulante,

mas cada núcleo populacional conseguiu um tal grau de especialização no aproveitamento dos recursos locais que em conjunto eles alcançaram um elevado nível de produtividade na obtenção de alimentos, permitindo uma densidade populacional relativamente elevada (*ibidem*, pp. 79, 80, 81). Porém, apesar da sua riqueza, a civilização da Califórnia não se caracterizou por qualquer estratificação social durável. No interior de cada comunidade, a influência de certas figuras parece ter-se devido tanto à fortuna e ao *status*, como às características pessoais, e o chefe de uma comunidade não expandia a autoridade sobre outros centros populacionais (*ibidem*, p. 80). Suponho que esta organização política relacionava-se com o fato de não terem sido cultivados cereais, que sustentassem um sistema de celeiros monopolizado pelas classes dirigentes. Na civilização californiana, a armazenagem de alimentos limitava-se ao curto prazo, e para além de se destinarem a compensar eventuais crises de escassez, os bens acumulados eram empregados no comércio com os outros núcleos populacionais, que se especializavam noutros tipos de caça, pesca ou colheita (*ibidem*, p. 79). Desenvolveram-se, assim, nesta civilização, formas de comércio muito sofisticadas, usando até conchas como dinheiro fiduciário (*ibidem*, pp. 79-80).

Na costa americana do noroeste, as populações também não se interessaram pela agricultura, dedicando-se apenas à pesca, à caça e à criação de animais, e a elevada produtividade que conseguiram no aproveitamento dos recursos locais permitiu-lhes atingir um número de habitantes relativamente elevado (*ibidem*, p. 81). No entanto, a estratificação social chegou aqui a uma grande amplitude. A razão desta diferença pode dever-se ao fato de, na civilização californiana, cada população ter se especializado num único artigo, ou em poucos artigos, usando os excedentes acumulados para obter, através do comércio, artigos produzidos por outros povos; enquanto as populações da costa noroeste, entre as quais não ocorreu nenhuma especialização e que atribuíam às trocas mercantis um lugar muito secundário, puderam empregar a sua elevada produtividade exclusivamente para a acumulação de grandes volumes de bens, sem os gastar, em curto prazo, na atividade comercial. O *status* era definido pelo entesouramento de bens não perecíveis, nomeadamente madeira trabalhada, cestos, tecidos e óleo de peixe (*ibidem*, pp. 81-82). Uma vez mais se confirma a relação entre a armazenagem, por um lado, e, por outro, o agravamento da desigualdade social e o aparecimento de formas políticas mais opressivas.

### Referências bibliográficas

- BAINES, John & MÁLEK, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*. Oxford: Phaidon, 1984.
- CARRASCO, Pedro. “La Sociedad Mexicana antes de la Conquista” In: *Historia General de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- COE, Michael; SNOW, Dean & BENSON, Elizabeth. (1988) *Atlas of Ancient America*. Oxford: Equinox, 1988.



- DAVIES, Nigel. *The Aztecs*. Londres: The Folio Society, 2000a.
- . *The Incas*. Londres: The Folio Society, 2000b.
- HUGHES, E. R. (org.). *Chinese Philosophy in Classical Times*. Londres: J. M. Dent; Nova Iorque: E. P. Dutton, 1954.
- KEAY, John. *India. A History*, 2 vols. Londres: The Folio Society, 2003.
- MABOGUNJE, A. L. “Historical Geography: Economic Aspects” In: UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.). *General History of Africa*, vol. I: J. Ki-Zerbo (org.). *Methodology and African Prehistory*. Londres: Heinemann; Berkeley: University of California Press; Paris: UNESCO, 1981.
- MORENO TOSCANO, Alejandra. “El Siglo de la Conquista” In: *Historia General de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- NILE, Richard & CLERK, Christian. *Cultural Atlas of Australia, New Zealand and the South Pacific*. Oxford: Andromeda, 1995.
- OSTLER, Nicholas. (2010) *Empires of the Word. A Language History of the World*. Londres: The Folio Society, 2010.
- PORTÈRES, R. & BARRAU, J. (1981) “Origins, Development and Expansion of Agricultural Techniques” In: UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.). *General History of Africa*, vol. I: J. Ki-Zerbo (org.). *Methodology and African Prehistory*. Londres: Heinemann; Berkeley: University of California Press; Paris: UNESCO.
- RENFREW, Colin. *Prehistory. The Making of the Human Mind*. Londres: The Folio Society, 2013.
- ROAF, Michael. *Cultural Atlas of Mesopotamia and the Ancient Near East*. Oxford: Equinox, 1991.
- SHAW, C. T. “The Prehistory of West Africa” In: UNESCO International Scientific Committee for the Drafting of a General History of Africa (org.). *General History of Africa*, vol. I: J. Ki-Zerbo (org.) *Methodology and African Prehistory*. Londres: Heinemann; Berkeley: University of California Press; Paris: UNESCO, 1981.
- STONE, J. C. “The Geography of Africa” In: MURRAY, Jocelyn (org.). *Cultural Atlas of Africa*, Oxford: Equinox, 1988.
- STONE, Norman (org.). *The Times Atlas of World History*. Londres: Guild Publishing, 1989.
- SUTTON, J. E. G. “Early Man in Africa” In: MURRAY, Jocelyn (org.). *Cultural Atlas of Africa*, Oxford: Equinox, 1988.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. “Avant-Propos” In: WITTFOGEL, Karl A. *Le Despotisme Oriental. Étude Comparative du Pouvoir Total*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

Recebido em 08 de dezembro de 2016

Aprovado em 12 de janeiro de 2017